



# OS MOVIMENTOS INDÍGENAS BOLIVIANOS NO SÉCULO XXI:

entre o Estado e a comunidade originária\*

Elizardo Scarpati Costa\*\*

**Resumo** Pretende-se, neste artigo, fazer um balanço crítico acerca da noção de indígena na Bolívia, em contraposição à concepção de Estado-nação eurocêntrico. Busca-se resgatar algumas contribuições dos movimentos indígenas bolivianos (MIBs), a partir de sua formação histórica, mas principalmente centrado nos ciclos de ações coletivas quase insurrecionais, iniciados entre 2000 e 2005. Assim, visualiza-se, entre várias questões, a reorientação da ação coletiva dos MIBs, manifestada por meio de um forte discurso étnico, da luta pela redistribuição das riquezas e do direito de se governar tendo como pressuposto o direito consuetudinário, que, por fim, visa a uma democracia mais inclusiva e participativa com relação à plurinacionalidade e de cunho “descolonial” para as trinta e seis nações originárias da Bolívia.

**Palavras-chave** Estado-nação; movimentos indígenas bolivianos (MIBs); ação coletiva; CSUTCB; identidade indígena; racismo.

---

\* Este artigo resulta da tese de mestrado apresentada na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC), em dezembro de 2009, sob o título *Movimentos Sociais Latino-Americanos: a Ch'ama dos Movimentos Campesino-Indígenas Bolivianos*. A investigação empírica deste estudo ocorreu em março de 2009, em território boliviano, durante o período de um mês. Foi feita uma observação direta e participante, utilizando “o método do caso alargado” (BURAWOY, 2000) nos encontros e congressos realizados nesse período pelas principais confederações indígenas da Bolívia, como o ampliado nacional da CSUTCB, de 19 a 20 de março de 2009. Além disso, foi realizado um total de dezessete entrevistas “semiestruturadas” (COLOGNESE; MÉLO, 1998) com intelectuais (sociólogos e antropólogos especialistas da temática) e com representantes e representantes das confederações indígenas e camponesas bolivianas. As entrevistas foram utilizadas para comprovar algumas das hipóteses de trabalho e perspectivas teóricas no decorrer do texto.

\*\* Mestre em Sociologia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal e Mestre em Sociologia pela École des Hautes Etudes en Sciences Sociales (EHESS) em Paris, França. Doutorando em Sociologia no Programa de Relações de trabalho, desigualdades sociais e sindicalismo do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra (UC), Portugal

## BOLIVIAN INDIGENOUS MOVEMENTS IN THE XXI CENTURY: BETWEEN THE STATE AND THE ORIGINAL COMMUNITY

**Abstract** *In this article, it is intended to make a critical assessment about the notion of indigenous people in Bolivia, as opposed to the Eurocentric concept of nation-state. The aim is to rescue some contributions of Bolivian indigenous movements (MIBs), from its historical formation, but primarily focused on the cycles of collective action almost insurrectionary, started between 2000 and 2005. This way, it's possible to observe, among many issues, the reorganization of the collective action of MIBs, manifested by a strong ethnic discourse, the struggle for redistribution of wealth and the right of self-government having as basis the common law, which ultimately, aims at a more inclusive and participatory democracy in relation to plurinationality and with a “decolonial” stamp to the thirty-six nations originating in Bolivia.*

**Keywords** *Nation-state; Bolivian indigenous movements (MIBs); collective action; CSUTCB; indigenous identity; racism.*

### ETNICIDADE, CLASSES SOCIAIS E ESTADO-NAÇÃO

Na Bolívia, a submissão dos povos “indígenas” originários foi a maior expressão da primeira modernização ocidental de dominação política, cultural e social: hierarquizaram-se em um modelo dicotômico as diferentes formas de organização social, como sendo a espanhola moderna e as indígenas atrasadas.

O modelo de produção mercantil se fundamentava no modo de produção escravista e tinha na monocultura sua base de produção econômica. A complementação da dominação ocorria no constante disciplinamento dos povos indígenas, com a inculcação dos valores culturais e das normas sociais europeias por intermédio da Igreja Católica. Nesse sentido, o eurocentrismo presente nas relações coloniais era ditado pelas formas de domínio colonial – na política, na economia, na cultura e no “imaginário” dos indígenas (QUIJANO, 2005).

No período republicano, já no século XIX, a inovação da dominação social foi constituída pela retórica da criação do Estado-nação – mantendo-se a elite crioula na direção da condução dos interesses “nacionais”. Após a criação do Estado-nação, abriu-se um novo precedente de controle social coletivo, possibilitando a substituição da velha estrutura colonial, mas ainda mantendo longe da estrutura de

poder as nações originárias<sup>1</sup>, as quais eram consideradas “inferiores”, “selvagens” e incapazes de adquirir qualquer forma de cidadania (QUIJANO, 2005).

O assimilacionismo cultural é a política que tem sustentado o Estado por meio do sistema institucionalizado de educação pública. A estratégia, portanto, tem consistido em uma assimilação pelos índios da cultura dos dominadores, que normalmente é implantada como a “cultura nacional” e, sobretudo, mediante a educação escolar formal, bem como pelo trabalho das instituições religiosas e militares (QUIJANO, 2005, em livre tradução).

Em contrapartida, a “aculturação” e a “europeização” já vinham sendo estabelecidas desde os primórdios coloniais. A breve solução encontrada foi a incorporação de parte das culturas indígenas na concepção de modernização capitalista – os costumes milenares indígenas, como a linguagem e suas “cosmovisões”, foram secundarizados –, com base em uma ideologia de Estado-nação que reivindicava a constante “mestiçagem” como solução para a problemática da questão da identidade nacional.

Contudo, a crise de dominação oligárquica teve seu apogeu no populismo dos anos 1930, que tentava conferir uma nova roupagem à figura do Estado-nação boliviano: trata-se de uma resposta à crise de dominação instituída na Bolívia até então. Nesse sentido, no período populista, o Estado passou a fazer mais intervenções na Justiça e nos assuntos econômicos e sociais, ainda que de forma débil. Por outro lado, a discussão étnica foi totalmente esvaziada, tanto pela classe dominante quanto pelo jovem movimento sindical boliviano e pelo movimento camponês. Ou seja, se, por um lado, a burguesia boliviana era débil, entreguista e esquizofrênica, por outro lado, a classe operária ainda se encontrava em fase de “amadurecimento”, em que não se observava a passagem da “classe em si” à “classe para si” (MARX; Engels, 2003), fenômeno que ocorreu também com o movimento camponês.

Apesar disso, os indígenas adquiriram experiências acumuladas no período colonial e no republicano – as lutas contra os métodos de dominação oligárquica

---

1 A Bolívia é um país que conjuga em seu território trinta e seis nacionalidades indígenas diferentes. Os Aymaras e os Quechuas são as maiores nações da Bolívia, concentrando-se em todo o território boliviano, mas sendo maioria absoluta na parte andina do país, composta pelos Estados de La Paz, Cochabamba, Potosí, Oruro e a capital simbólica do país, Sucre.

–, o que permitiu maior elaboração interventiva na revolução de 1952<sup>2</sup>, mas com uma aliança de classes com o operariado.

Assim, após a revolução de 1952, a discussão sobre a questão da opressão étnica ainda ficou em segundo plano ou mesmo quase inexistente. Segundo Albó (2002), a problemática étnica parecia ser negativa do ponto de vista ético, tanto pelos partidos de esquerda quanto pelos de direita. Esses partidos se recusavam a utilizar o termo “indígenas” para os povos originários, atribuindo-lhes a palavra “camponeses”. Assim, seguiam a concepção segundo a qual o apelativo de indígena era somente para os camponeses da “selva”, buscando, a todo o momento, aniquilar do imaginário camponês e indígena seu passado étnico originário.

Portanto, a função do conceito de camponês tem um caráter de classe social ligado à posição econômica dos indígenas, nos moldes de produção do sistema capitalista. Essa agregação valorativa foi construída no período anterior à revolução de 1952 pelo movimento operário (RIVERA, 2003; PACO, 2007). Mais tarde, a concepção de camponês foi reafirmada pelo Estado, que via na palavra indígena um tabu para o vocabulário oficial, pois o considerava com um termo discriminador, vigorando, assim, a concepção de que a Bolívia era um Estado “mestiço” (ALBÓ, 2008).

Uma das partes que compõem a noção de indígena foi formada em um contexto de dominação colonial e republicana. Uma de nossas entrevistadas, a socióloga Sílvia Rivera, quando questionada sobre o que é ser indígena, manifestou-se da seguinte forma:

Para mim é ser discriminado. O índio é o colonizado, e, neste sentido, todos somos índios. Todos somos índios, porque todos nós estamos submetidos a umas hierarquias coloniais que começaram na Europa. Porque somos discriminados, porque somos diminuídos, *empequeñecidos*. Para mim, o índio é o colonizado e é o oprimido, então, essa é a definição que eu tenho sobre o índio (entrevista com Sílvia Rivera, socióloga e docente da UMSA, La Paz, em 21 de março de 2009).

---

2 A revolução boliviana de 1952 é considerada por muitos intelectuais e militantes de esquerda como a principal revolução operário-camponesa do período pós-Segunda Guerra Mundial. Algumas das consequências diretas da revolução foram: a universalização do voto (incorporação do campesinato à democracia representativa, tendo em vista que os indígenas não tinham direito ao voto e a circular em locais públicos, como nas praças de La Paz), a nacionalização das minas de estanho e o início da reforma agrária, que teve participação ativa do movimento camponês. Além disso, ocorreu uma sindicalização em larga escala, tanto dos operários quanto dos camponeses, bem como a destruição do exército convencional, que foi substituído pelas chamadas milícias armadas operárias e camponesas, organizadas pela Central Obrera Boliviana (COB), e a crise do Estado, que estava basicamente em sua divisão de poder com a COB – o duplo poder após a revolução entre o Estado e a COB ou em um cogoverno entre MNR-COB (ANDRADE, 2007; RIVERA, 2003).

Quando se aborda a concepção de Estado-nação na Bolívia, em primeira instância, está-se aqui fazendo referência à recriação, à perpetuação e à consolidação da opressão racial às majorias étnicas. A relação tensa entre a permanência de um imaginário colonial como cenário e a busca política e cultural por uma perspectiva pós-colonial foi conflituoso, até mesmo nos momentos em que parecia que o controle da sociedade estava nas “mãos” dos povos indígenas.

As questões da etnicidade, das classes sociais e do Estado-nação estão ligadas definitivamente ao ressurgimento reivindicativo da noção de indígena. Portanto, fazem parte das novas lógicas de ações coletivas criadas pelo movimento campesino-indígena, em seu conjunto de repertórios ao longo de seu desenvolvimento na relação conflitual com o Estado-nação.

### **O RESSURGIMENTO POLÍTICO DOS MOVIMENTOS INDÍGENAS (MIBS)**

No final da década de 1960, o movimento camponês começou a ser repensado por uma vanguarda dos “aymaras rurais e urbanos que chamou por reconhecimento do direito à diferença cultural, à educação bilíngue e à inclusão política” (POSTERO, 2005, p. 62). Assim, buscava-se a autonomia perdida do movimento camponês, o qual estava atrelado ao Estado por meio do Pacto Militar Camponês (PMC)<sup>3</sup>. Ao mesmo tempo, o objetivo era levar para o repertório de ação do movimento camponês a questão étnica que fora renegada aos povos originários até então.

Nesse contexto, diante da desconformidade política, ideológica, étnica e social, surgiu o Movimento Indígena Katarista (MIK) (RIVERA, 2003; PACO, 2007)<sup>4</sup>, com duas vertentes ideológicas distintas: os kataristas e os indianistas. Os kataristas possuíam uma tendência mais voltada para o movimento sindical camponês, e os indianistas, uma vocação para a intervenção política indianista. Ou seja, os kataristas “questionam o Estado pelo reconhecimento da Bolívia como um país pluri-multicultural [...] com a necessidade de reformar o Estado”, e os “indianistas reivindicam a autodeterminação das nações originárias como única solução real de convivência da pluri-multiculturalidade” (PACO, 2007, p. 40).

O despertar das raízes indígenas dentro de um cenário conflitual, pela lógica da opressão do Estado-nação, em um período ditatorial, somado ao passado colonial e à transformação dos “indígenas” em “camponeses”, fez com que ocorresse

---

3 Após a instauração da ditadura militar em 1964, os militares fizeram um pacto com os camponeses, levando o movimento indígena a uma perda dramática de autonomia.

4 Albó (2002) afirma que o nome do movimento tem inspiração no líder aymara Tupaj Katari, que organizou a resistência no período colonial, entre 1780 e 1781.

o que Silvia Rivera chamou de “recuperação da memória larga” (Rivera, 2003). Já no manifesto denominado Tiwanaku, de 1973, o movimento Katarista aponta para uma renovação do sindicalismo indígena, com a necessidade de uma nova organização política que represente os interesses independentes dos povos indígenas e com o repúdio ao PMC. Por outro lado, havia uma posição de discordância interna no movimento – quanto à estratégia para a obtenção do poder para os povos indígenas.

Surgiram, assim, dois partidos diferentes: o Movimento Revolucionário Tupaq Katari (MRTK), tendo em sua frente Jenaro Flores, líder sindical campesino da revolução de 52, e Vítor Hugo Cárdenas, futuro vice-presidente, no início da década de 1990; e o Movimento Índio Tupaq Katari (MITKA), que possuía um viés mais indianista e representava a ruptura com o movimento indígena ligado ao sindicalismo camponês (RIVERA, 2003; ALBÓ, 2008).

Assim, em decorrência do crescimento e da inserção do MIBs nas comunidades rurais e nos centros urbanos, foi criada a Confederação Sindical Única dos Trabalhadores Camponeses da Bolívia (CSUTCB), em 1979. Desde sua fundação, essa central está mais ligada ao MRTK. Em algumas de suas teses de fundação, está presente, em regime estatutário, a unidade de ação, com o restante do conjunto do movimento sindical boliviano – “analisar a realidade com os olhos: como camponeses, junto com toda a classe explorada, e como Aymaras, Quechuas, etc. [...] junto com todas as nações oprimidas do país” (ALBÓ, 2008, p. 39). Em 1983, o congresso da CSUTCB aprovou mais teses políticas que visavam buscar o poder para os povos originários, deixando claro que a questão da plurinacionalidade é fundamental em sua vida política:

Não queremos reformas parciais, queremos uma liberação definitiva e a construção de uma sociedade plurinacional, que mantenha a unidade do Estado e combine desenvolvimento com a diversidade das nações. Não pode haver uma verdadeira liberação se não se respeita a diversidade plurinacional de nosso país (ALBÓ, 2008, p. 40, em livre tradução).

A ascensão da CSUTCB e de outras entidades da sociedade civil boliviana, entre elas as organizações não governamentais (ONGs), ganhou novos espaços com os indígenas originários. Em 1982, foi criada a Confederação Indígena do Oriente Boliviano (CIDOB), que organizava e coordenava os povos indígenas das terras

baixas (ALBÓ, 2008)<sup>5</sup>. A CIDOB começa a ganhar visibilidade em nível nacional com a “marcha pelo território e a dignidade”, em 1990. A marcha tinha como objetivo central pressionar o Estado, por intermédio do governo de Paz Estenssoro, a fim de que promulgasse o direito à terra de vários povos indígenas de Beni<sup>6</sup> (REGALSKY, 2005).

Por outro lado, o surgimento das ONGs em território boliviano foi observado de forma distinta pelos intelectuais bolivianos, bem como por estrangeiros. Alguns intelectuais qualificam esse *boom* das ONGs como “uma consequência direta da ausência do Estado” (REGALSKY, 2005). Outros trabalham com uma linha de investigação de que o processo de “ONGização” era, na verdade, uma tentativa de reaproveitar a proposta deixada pelo katarismo.

A proposta consistia na ideia de um Estado plurinacional das nações indígenas e para os indígenas. Tratava-se “da esquerda mestiça de origem social branca” (PACO, 2007, p. 75, em livre tradução), que procurava novamente se situar politicamente na vanguarda do movimento, com o intuito de dirigir as reivindicações dos povos indígenas, apropriando-se do discurso do Estado plurinacional e bilíngue.

Paco (2007) afirma que grande parte das ONGs tem ligações com a Igreja Católica e com organismos internacionais como a ONU, o FMI, o BIRD e a OIT, que, “a fim de desenvolver políticas ambientalistas e junto com elas, abordam a temática indígena”, mas, por fim, os interesses são apenas da evangelização e venda de programas assistencialistas internacionais para as nações originárias (PACO, 2007, p. 60). Por outro lado, apesar de certa “diabolização” das ONGs, para um conjunto de intelectuais e de organizações sindicais indígenas, as ONGs vieram para ajudar na luta contra a opressão aos indígenas.

Regalsky (2005) segue a linha de “que nem todas as ONGs se limitam a chamar a desígnio da cooperação internacional e às vezes questionam o assistencialismo” (REGALSKY, 2005, p. 114).

Em contexto latino-americano e, mais especificamente, nos países da região andina (destaque para o Peru), Silvia Maeso (2006) trabalha a noção de identidade indígena, e essa noção nasce dentro de um contexto de oposição à noção de modernização horizontal, que foi promovida pelas elites políticas no processo de criação do Estado-nação. Assim, as reivindicações dos MIBs para uma gestão

---

5 A Bolívia é dividida geograficamente em três grandes partes: a andina, a amazônica e a região do Chaco, ao sul do país. Essas duas últimas regiões, até o momento, não participavam de forma expressiva nas organizações sindicais camponesas e obreiras da região andina e não tinham uma organização camponesino-indígena nas terras baixas.

6 Beni é um Estado que faz parte da região das terras baixas do oriente boliviano.

político-administrativa no plano do Estado visam ao reconhecimento da “diversidade cultural” existente nos países latino-americanos. Ou seja, a partir da crítica à concepção de Estado-nação, Silvia Maeso progride no sentido de que a noção de indígena está ligada ao nascimento político inaugurado pelo reconhecimento de suas próprias culturas, consecutivamente, à “redefinição” do papel do Estado nacional (MAESO, 2006, pp. 2-3).

JMP: Eu sou aymara. Nós temos orgulho de ser aymara. Primeiro porque os aymaras e os quéchuas, nós temos uma história, coisa que algumas das outras línguas, alguns irmãos não têm mais. Os aymaras, nós estamos lutando, por isso que recopilamos esta história de nossos antepassados. Porque dizemos que a história nos tem ensinado. Ouvimos nossos antepassados e entendermos a nós mesmos (entrevista com Juan Marco Pomba, secretário executivo da Federación Departamental de los Trabajadores Campesinos de la Paz, Tupaj Katari; Beni, em 20 mar. 2009).

## **DO FLORESCIMENTO DO MULTICULTURALISMO ÀS EXPLOSÕES DAS LUTAS SOCIAIS**

O aprofundamento da crise do Estado-nação na Bolívia tem seu auge no início da década de 1990. Contraditoriamente à implantação das políticas neoliberais nos níveis da economia e da política, ocorreu um aumento da retórica multiculturalista<sup>7</sup> pelo governo boliviano e uma intensificação da cultura política<sup>8</sup>, que foi sendo reinventada pelos MIBs. Nesse sentido, os MIBs buscavam uma alternativa ao neoliberalismo. Por outro lado, o Estado boliviano, em 1994, iniciava a discussão em torno da plurinacionalidade via legislação constitucional (LUCAS, 2006).

Nesse contexto, o discurso étnico ganhou mais força. Paralelamente a esse processo, ocorreu um aumento da pauperização entre os indígenas da cidade e do campo. Assim, observou-se uma ascensão da economia cocaleira em razão

---

7 O multiculturalismo foi uma tentativa dos governos neoliberais do início da década de 1990 de conciliar os interesses étnicos dos movimentos indígenas com as políticas econômicas de modernização e capitalização. Os movimentos sociais subordinaram, assim, as chamadas secretarias étnicas, como, por exemplo, na Bolívia, com a criação da Subsecretaria de Assuntos Étnicos (SAE), que centralizava, por intermédio do Estado, o que era importante para os indígenas e não o que eles consideravam importante para suas comunidades (POSTERO, 2005).

8 Alvarez et al. (2000) consideram a cultura política como sujeitos coletivos modificando a estrutura social por meio da política, e não como uma política pública feita pelos governos com vista a promover um aspecto cultural local, como geralmente se associa ao conceito.



da crise de emprego gerada pelo fechamento de algumas minas de exploração de estanho. Alguns sindicalistas que estavam nos centros urbanos retornaram para o meio rural e transmitiram suas experiências para os cocaleiros (sobretudo das regiões de Cochabamba e do Chapare).

Nesse sentido, no período dos levantamentos quase insurreccionais de 2000 a 2005, que se caracteriza com um “ciclo de ações coletivas” (TARROW, 1994)<sup>9</sup>, os anseios dos MIBs foram manifestados por meio das lutas sociais que eram fundamentadas na constante denúncia ao racismo que sofreram e sofrem ainda hoje, sobre as trinta e seis nações originárias, bem como a luta pelos recursos materiais como um bem coletivo.

Assim, a guerra da água<sup>10</sup>, em 2000, representa o início do ressurgimento das lutas sociais na Bolívia. O repertório de ação coletiva foi variado e tinha como norte a luta contra a precarização da vida, que representou uma mudança de atitude significativa dos rumos que acenavam os movimentos populares, sindicais (COB) e indígenas/camponeses (CSUTCB). Observou-se também o nascimento, em 2000, do Comité de Defesa da Água e da Economia Popular (CDAEP), que proporcionou a inclusão política de alguns setores da classe trabalhadora, antes excluídos da ação coletiva. Álvaro García Linera classificou esse momento que ocorreu como uma ampla confluência de forças de “*multitud*” (LINERA, 2008, p. 296).

Por outro lado, o Estado contra-atacava com o aumento do uso dos aparatos repressivos pelo presidente Bánzer, ex-ditador que decretou o estado de sítio no país (ALBÓ, 2008). Igualmente, as dinâmicas conflituais proporcionadas pela reação e ação direta dos MIBs e dos movimentos sociais ocorreram no seio dessas novas clivagens conflituosas.

Os movimentos sociais se tornaram mais confiantes, e visualizou-se que era possível vencer o regime e avançar com uma pauta reivindicativa mais inclusiva dos setores oprimidos e explorados. Aqui, abre-se o flanco de uma atuação mais institucional dos MIBs, em oposição à revolução armada<sup>11</sup>. Nesse sentido, na

---

9 Na perspectiva de Tarrow (1994), ciclos de ações coletivas surgem em momentos históricos específicos, quando a ação coletiva no plano político tem carácter de mudança estrutural. As ações coletivas que apresentam inovações na intervenção política geram uma fusão entre diversos setores da sociedade civil, uma combinação de poderes, que antes estava dispersa na sociedade – grupos que estavam organizados em sindicatos e movimentos sociais e os que não estavam organizados em associação.

10 Seoane (2006) afirma que foi uma reação dos movimentos sociais bolivianos, principalmente dos campesinos e cocaleiros da região cochabambina, contra a privatização e os aumentos da água potável consumida pela população local, gerenciada pela transnacional Aguas do Tunari, nome indígena fictício, que administrava os recursos hídricos da multinacional Betchtel.

11 Contudo, alguns setores mais radicais, como o Movimento Indígena Pachakuti (MIP) de Felipe Quispe, acreditavam que essa poderia ser uma saída viável para os indígenas.

Assembleia Nacional Constitucional, os MIBs participaram com objetivos “claros” – “a refundação do Estado boliviano” contra o modelo neoliberal –, já que a transnacional da água havia sido derrotada e expulsa a “pontapés” da Bolívia.

Contudo, em 2001, a CsUTCb começa a viver sua segunda crise interna. Apesar de estar presente nos levantamentos insurrecionais, internamente existia uma polarização e uma disputa pelo poder da direção da confederação. De um lado, estavam os setores que apoiavam Evo Morales, que era visto como mais moderado (predominantemente os cocaleiros e a “plebe”<sup>12</sup>). Evo Morales tinha uma perspectiva mais institucional no que concerne à democracia representativa e participativa dos setores indígenas no Estado, ou seja, tinha um viés voltado para propor reformas ao Estado boliviano, mas com participação dos movimentos sociais. Do outro lado, estavam os defensores de Felipe Quispe, que apresentavam uma linha retórica mais radical, herdada do katarismo: o chamado “indianismo radical”, única forma consistente de dar uma resposta ao neoliberalismo. Defendiam a criação imediata de um Estado indígena. No final do embate, ocorreu uma grave divisão da entidade, gerando duas direções distintas, que se reivindicavam como a verdadeira secretaria executiva oficial da CsUTCb (ALBÓ, 2008).

Portanto, no mês de abril de 2001, a CsUTCb, liderada por Felipe Quispe, mobilizou-se em direção a outro gigantesco bloqueio na região do Altiplano, e ocorreu o fechamento das principais rodovias que ligam La Paz ao resto do país. A tática era asfixiar o governo federal, cortando o comércio e o transporte de todos os tipos de mercadorias. A revolta era principalmente em oposição a mais uma lei de águas que os camponeses rejeitavam, pois teriam de pagar novos impostos para consumirem água.

Assim, segundo os pressupostos do Direito consuetudinário<sup>13</sup>, os recursos naturais não poderiam ser uma mercadoria – no Direito aymara e quechua, o uso da água é livre. Os recursos naturais são utilizados em plena harmonia na relação do Homem com a natureza, que são uma mesma unidade social – assim como em Cochabamba os camponeses-indígenas viam como absurdo e como intolerável pagarem para consumirem água a valores exorbitantes.

---

12 Linera (2008) afirma que os setores plebeus são indígenas urbanos, que mantêm um vínculo cultural com o meio rural, mas que economicamente estão vinculados à cidade. São os novos explorados e deserdados que o capitalismo selvagem produziu com a implantação do modelo neoliberal. E eles não estão organizados em sindicatos ou confederações, mas, a partir de 2000, são protagonistas, juntamente com os movimentos sociais, das insurreições de 2000 e 2003.

13 O Direito consuetudinário é fundamentado nos costumes, nas tradições e nos valores morais datados de determinado povo. Tem origens na organização social e jurídica de uma comunidade, e a aplicação das leis ocorre por aqueles “juízes” que são nomeados diretamente pela comunidade como os sábios.

Nesse sentido, as reivindicações da CSUTCB estavam orientadas para acabar com a privatização total da água, a modernização sem consulta do campo e a reestatização das empresas capitalizadas, bem como houve a revogação do decreto 21.060 (com o início da privatização das minas) e a legalização total de todos os plantios de coca (ZAPATA, 2006). Alguns autores afirmam que, nesse contexto conflitual, foram criados “organismos de duplo poder” (KATZ, 2008). O Estado perdeu sua legitimidade de reprimir e editar políticas públicas, limitando sua capacidade de funcionamento à sociedade boliviana nesse período. Nesse momento, surgiu o poder político “paralelo” ao Estado na Bolívia.

Em 2003, foi deflagrada a “guerra do gás”: ocorreram intensas manifestações, desde greves gerais, manifestações de rua, fechamento de estradas, contra a perda de soberania nacional e contra a exploração dos hidrocarbonetos pelas multinacionais. Assim, as mobilizações devastadoras de El Alto e do Altiplano boliviano, protagonizadas pelos indígenas aymaras em defesa dos hidrocarbonetos como pertencentes aos indígenas, foram fortalecendo a “nação aymara” (ALBÓ, 2008). Por outro lado, Gonzalo Sánchez de Lozada, conhecido como “Goni” ou “gringo”, era o presidente da Bolívia no momento. Ele recorreu como nunca aos aparatos repressivos do Estado, o que levou à morte centenas de indígenas. Além disso, alguns setores da classe média empobrecida, principalmente funcionários públicos, juntaram-se aos protestos em toda a Bolívia. A confluência de diversos setores da sociedade civil organizada ditava o destino do conflito entre Estado e sociedade civil:

Dessa vez o protesto social era muito evidente, e surgiu um movimento multiforme, e decidiu uma ação coletiva que provinha de histórias distintas de estruturas sociais. A única coisa que articulava esse movimento era a defesa dos salários em um dos casos e também a defesa do mercado interno em outros. Portanto, não era um movimento que provinha da economia política, de identidade de classes e nem de identidade étnica. [...] Era uma “*multitud*” que unia suas forças para enfrentar-se com a elite governante, em rechaço aos impostos e às privatizações (PACO, 2007, p. 251, em livre tradução).

Essa “*multitud*” levou Goni a renunciar ao poder e, posteriormente, levou-o à fuga do país, em outubro de 2004, deixando transparecer a fragilidade da democracia representativa e do modelo neoliberal. Seu sucessor, o vice-presidente Carlos Mesa, que pretendia se manter mais tempo no poder, cogitou realizar um referendo sobre a nacionalização da exploração do gás, da autonomia regional e da

convocação de uma assembleia constituinte (ALBÓ, 2008; ANDRADE, 2007). Contudo, o período longo de aprovação do referendo foi fatal para Mesa, que não suportou a demora do Parlamento na aprovação da lei e acabou sendo derrubado pelos movimentos sociais. Assim, as intensificações das manifestações sociais em favor da nacionalização dos hidrocarbonetos e da aprovação pelo governo dos chamados “72 pontos” aprovados em 2001<sup>14</sup>, na “guerra da água”, levaram à derrubada de cinco presidentes consecutivos, até a vitória eleitoral de Evo Morales, em 2005.

### **ESTADO, PODER, TERRA E COCA: O QUE QUEREM OS MOVIMENTOS INDÍGENAS?**

Os desdobramentos e o direcionamento das reivindicações dos MIBs ocorriam basicamente em três direções: a primeira é a luta pela nacionalização e preservação dos recursos naturais oriundos dos “territórios sagrados”, que são para os indígenas inalienáveis e indissociáveis da existência das comunidades originárias. Pode-se dizer que a construção do “repertório das ações coletivas” (TARROW, 1994) dos MIBs está associada à questão dos recursos naturais como parte integrante de sua cultura milenar. O conceito de “economia moral” (VAN COTT, 1994)<sup>15</sup> serve para clarificar esse valor cultural dos povos originários.

Assim, os MIBs consideram os recursos naturais como vitais para a produção e reprodução da vida comunitária, diferentemente da concepção moderna ocidental, que vê os recursos naturais somente como valor de uso e de troca. Assim, qualquer forma de organização estatal que mantenha os indígenas subordinados na gestão dos recursos naturais não conseguiria obter sustentabilidade e legitimidade política a longo prazo. Outra questão é que o controle territorial representa para os povos originários o poder de autogovernar-se e de autoafirmação. A questão das autonomias foi amplamente enfatizada nas assembleias constitucionais realizadas na Bolívia, entre 2005 e 2008.

Com a formação do Estado-nação como referido anteriormente e toda a sua perspectiva hegemônica de modernização ocidental, a terra somente constituiu uma mercadoria sujeita às leis de mercado, sem valor cultural. Essa concepção sempre foi questionada pelos indianistas, tendo em vista que a terra significa um centro integrador e agregador das comunidades indígenas, ou seja, traz consigo

---

14 Os chamados setenta e dois pontos foram construídos pelos movimentos sociais após a guerra da água.

15 Trejo (2006) recupera a obra de Van Cott (1994), mostrando que esse autor afirma que a modernização do meio rural faz com que os laços tradicionais materiais e simbólicos dos camponeses sejam quebrados, despertando uma resistência moral pelo risco proporcionado pela inovação tecnológica, aguçando os sentimentos de pertença ligados à questão étnica ancestral.

uma noção de espaço e de tempo que está ligada às identidades indígenas com relação aos seus ancestrais e ao futuro das comunidades no plano de seus valores morais e jurídicos.

A negação da palavra território foi utilizada por séculos pela classe dominante através do Estado com relação aos povos indígenas, pois “terra é o nome jurídico que se dá à propriedade individual, seja pública ou privada; território é o nome jurídico que se dá a um espaço jurisdicional. Assim, o território é um espaço coletivo que pertence a um povo” (SOUZA FILHO, 2003).

Por sua vez, a folha de coca é considerada um valor cultural transcendental dos povos indígenas. A relação dos indígenas (predominantemente aymaras e quechuas) andinos com a folha de coca é milenar. Inclusive, quando o Império Inca expandiu sua dominação sobre os aymaras e quechuas, os incas mantiveram o uso da folha de coca em seus rituais religiosos. Portanto, as comunidades andinas sempre utilizaram a folha de coca para rituais religiosos e videntes e para vários usos alimentícios.

No mundo andino, é um elemento cultural muito central. É um ritual, como as oferendas que se fazem à mãe-terra. Todos os ritos têm coca, é como se fosse a hóstia sagrada. Também tem uma dimensão social; em todas as reuniões importantes, veem-se pessoas mascando, e tem também efeitos como o mate, chimarrão, dá força e tudo. Depois, também em termos de saúde. Os mineiros mascam muita coca para ter força e aguentam mais tempo. Os guaranis tinham o mate, o chimarrão, mas, quando chegaram lá os andinos e com a guerra do Chaco, chegou lá a coca. Então, culturalmente a coca é muito importante [...] (entrevista com Xavier Albó, antropólogo boliviano; La Paz, em 15 mar. 2009).

No final dos anos 1980, após o início das privatizações das minas em 1985, vários sindicalistas mineiros passaram a ser produtores de coca. Paralelamente, o governo dos EUA aumentou a militarização das regiões produtoras de coca, utilizando a colaboração do Estado boliviano.

No ano de 1985, vem o ajuste estrutural e, em 1987, muitos dirigentes mineiros estavam vivendo no Chapari. Então, vincularam-se ao movimento cocaleiro, fizeram escolas de quadros, transmitiram toda a sua experiência organizativa. Então,

influenciaram em muitos pontos a esquerda na formação dos cocaleiros (entrevista com Sílvia Rivera, socióloga e docente da UMSA; La Paz, em 21 mar. 2009).

Por outro lado, no início dos anos 1990, o movimento cocaleiro ganhou destaque nos níveis nacional e internacional. Sua proposta de defesa incondicional sobre a folha de coca, ligada à precarização do trabalho, às privatizações e ao fim do processo de reforma agrária, é incorporada pela CSUTCB. Os MIBs lançaram uma ofensiva discursiva e política contra o governo dos EUA, com o *slogan* “coca não é cocaína” e “os produtores não são criminosos e estão em defesa da sagrada folha de coca” (ALBÓ, 2008, p. 60).

Esses esforços eram amplamente aceitos por outros setores dos MIBs na Bolívia, tanto pela população rural quanto pela urbana. Com o crescimento do movimento cocaleiro, alguns líderes sindicais se destacaram no plano político local e nacional; entre eles, Evo Morales, eleito em 1997 como deputado da Assembleia Nacional (Parlamento boliviano).

Portanto, a exigência por parte dos plantadores de coca pela preservação do Chapare e também do norte de La Paz, região onde vivem os Yungas, acontecia nas regiões onde os conflitos ocorriam de forma mais aguda. Além disso, os principais líderes das diversas marchas, dos bloqueios de estradas e das concentrações tinham à frente Evo Morales e Felipe Quispe – conhecido como “Mallku” –, título de autoridades tradicionais (ALBÓ, 2008).

Após ter passado pelo MAS<sup>16</sup> (Movimento ao Socialismo), partido que tinha Evo Morales como principal líder, Quispe fundou o MPI (Movimento Indigenista Pachacutik), que hoje não tem mais vida política.

Por último, apresenta-se a questão da educação bilíngue e geral que foi negada sistematicamente na constituição histórica do Estado-nação boliviano aos indígenas. Atualmente, o modelo educacional de ensino é predominantemente fundamentado nos moldes ocidentais. Assim, os povos indígenas estão longe de atingir a porcen-

---

16 Segundo Linera (2007), o indianismo, a partir dos anos 1990 e início do século XXI, tem uma “estratégia de poder” e, na atualidade, representa duas vertentes: uma moderada, dirigida pelo MAS, que consiste em articular em torno de si o sindicato de camponeses do Chapare e os cocaleiros, com um forte discurso étnico e uma gama flexível de alianças políticas eleitorais em função do MAS como instrumento político para inclusão dos povos indígenas nas estruturas de poder. Possui uma postura anti-imperialista, indianista de esquerda, mas fundamentada na memória nacional-popular, permitindo maior diálogo com os setores urbanos e a classe média e com grande força parlamentar nas eleições municipais. A outra vertente radical é o ex-MIP, que tem um projeto de indigenização total das estruturas de poder político, pois, para seus líderes, como os indígenas não são a minoria, mas sim a maioria, deveriam estabelecer as regras de funcionamento do Estado e gerir a forma de inclusão dos “mestiços”, que são minoria. Rechaço total à “esquerda marxista”.

tagem de alfabetização do total de não indígenas no país. As mulheres indígenas são as mais prejudicadas pelo modelo educacional vigente. Além disso, as taxas de analfabetismo são astronômicas entre os indígenas, como demonstra o Quadro 1, do Instituto Nacional de Estatística (INE) da Bolívia, a seguir.

Postero (2005) afirma que a revolução de 1952 trouxe a proposta de uma educação universal, fundamentada nos moldes ocidentais. O movimento katarista, já em 1960, levantava a bandeira de uma educação cultural urbana e rural, nos moldes do bilinguismo e da inclusão política. No governo de Goni, o Estado passou a reconhecer a “nação” boliviana como “multiétnica e pluricultural”, mas dentro do que se conceitua antes sobre o multiculturalismo do regime neoliberal, durante a década de 1990.

O multiculturalismo fazia parte de uma componente de modernização boliviana que tinha como uma das propostas de base a educação bilíngue. Entretanto, o projeto não deu certo em sua implantação e enfrentou vários problemas de legitimidade em sua própria proposição dinâmica para as comunidades rurais.

Em suma, a educação bilíngue é uma proposta dos MIBs para promover a descolonização (Paco, 2007) da dominação ocidental nos planos cognitivo e cultural, ou seja, para a reconstrução de uma pedagogia indígena.

Somente nas zonas em que havia idiomas indígenas se colocaram as escolas bilíngues para que se fosse feita uma transição mais suave do castelhano. Mas não, o que devia ser feito era um bilinguismo universal, mas não há. Então, na

**Quadro 1.** Bolívia 2001: *tasa de alfabetismo de la población de 15 o más años por condición étnica y sexo según departamento* .

Departamentos	Indigenas			No indigenas		
	Hombres	Mujeres	Total	Hombres	Mujeres	Total
Chuquisaca	77	57,7	66,7	91,5	82,3	86,7
La paz	93,9	78,4	85,8	99,1	97,6	98,3
Cochabamba	90,5	73,4	81,5	99,2	98	98,5
Oruro	95,3	77,8	86,2	99,4	98	98,6
Potosí	82,4	55,4	67,9	98	92	94,8
Tarija	91,6	75,7	83,6	91,8	80,9	86,1
Santa Cruz	94,1	82,9	88,6	96,7	93,9	95,2
Beni	90,1	81	85,9	95	90,9	92,9
Pando	94,7	83,7	90,3	90,3	86	88,4

Fuente: Instituto Nacional de Estadística (INE), Censo 2001. La Paz: Bolívia, 2004.

No incluye personas que residen em el exterior, encontrándose em tránsito em el país.

No incluye personas que no especificaron si leen o escriben.



Bolívia, os territórios indígenas são maioria. Os aymaras, por exemplo, a metade de La Paz é aymara, e 80% do el Alto é aymara. Então, as trinta e seis nações são totalmente artificiais. Eu creio que isso seja uma das contribuições das elites, quando a elite se mete a definir o que é ser índio (entrevista com Sílvia Rivera, socióloga e docente da UMSA; La Paz, em 21 mar. 2009).

## O FUTURO EM ABERTO DOS MOVIMENTOS INDÍGENAS: ENTRE O ESTADO E A COMUNIDADE ORIGINÁRIA

O encerramento do ciclo contestatório começa após a vitória eleitoral de Evo Morales, em 2005, e se perpetua até hoje, com sua reeleição, em dezembro de 2009. A hegemonia crescente do MAS, dentro de uma ampla maioria dos setores dos MIBs, traz a perspectiva de que o novo Estado boliviano possui qualidades políticas, jurídicas e de composição social que o modelo construído anteriormente não possuía, como, por exemplo, o chamado “capitalismo andino-amazônico” (LINERA, 2008)<sup>17</sup>.

Portanto, as expectativas sobre o MAS residem no fato de que esse partido se autodenomina representante dos interesses indígenas, em seu programa político: autonomias para as comunidades originárias (jurídica, econômica, política e social); jurisdição fundamentada no direito consuetudinário e no direito moderno; indígenas gerenciando os recursos naturais e a terra, com a participação do Estado; composição política e ministerial formada também por indígenas; funcionários públicos de alto escalão, inclusive nas forças armadas, tendo oficiais indígenas; combate contra o racismo e a opressão por nacionalidades étnicas; Estado pluri-nacional constitucional; e educação bilíngue. Além disso, o MAS ainda mantém um discurso antineoliberal e a favor da “descolonização” do Estado boliviano.

---

17 Segundo Linera (2008), a vitória de Evo Morales, em 2005, representou uma mudança no curso da história moderna na Bolívia para os indígenas e os MIBs. A descolonização do Estado ocorre desde o combate à segregação dos povos originários e contra as injustiças, mas também dentro do processo de nacionalizações dos recursos naturais, que marcou, desde o início, a chegada do MAS e dos “MIBs” ao poder – a esquerda indígena no poder. Trata-se do exercício do poder dentro do *novo modelo econômico* ou *capitalismo andino-amazônico*, que conjuga o crescimento da economia industrial com a transferência dos excedentes de produção para as comunidades, com o objetivo de fomentar suas formas de *auto-organização* e o desenvolvimento do mercado próprio das regiões andinas e amazônicas. O Estado utilizará os excedentes produzidos dos hidrocarbonetos nacionalizados para potencializar o desenvolvimento autônomo das comunidades originárias. Esse processo pode criar um regime *comunitarista* e *socialista*, fundamentado nas pequenas *redes comunitárias*.



Por outro lado, hoje, os MIBs se encontram na encruzilhada. Tal afirmação não é mero acaso e foi constituída ao longo da história dos próprios MIBs, em seus momentos de ascensão e refluxo. A adaptação e a resistência impulsionaram uma inovadora forma de intervenção na Bolívia contemporânea, mas encerrando um ciclo com as duas vitórias eleitorais do MAS de Evo Morales à presidência do país. Assim, o que torna essa encruzilhada uma realidade comensurável e palpável para um olhar sociológico é a construção que se apresenta ao longo deste artigo, em que o MAS aparece como um dos principais atores políticos e como Instrumento Político pela Soberania dos Povos (IPSP), como é referendado pela própria CSUTCB. Ou seja, o MAS atua com um projeto de poder em dois flancos. O primeiro visa obter o Estado como forma principal de deliberação de seu poder; o segundo é ser o partido que tem a pretensão de dirigir os MIBs em direção à transformação da sociedade boliviana.

Claro, está completamente capturada a CSUTCB. Um tempo atrás, a CONAMAG era um pouco mais autônoma. As organizações indígenas são mais autônomas. A CSUTCB tem sido completamente capturada pelo MAS. Porque primeiro ela foi dividida. Antes, havia duas CSUTCB: uma do MAS e a outra dos indianistas autônomos (entrevista com Sílvia Rivera, socióloga e docente da UMSA, La Paz; em 21 mar. 2009).

Elizardo: Qual é o grau de autonomia, hoje, dos movimentos indígenas com relação ao Estado boliviano?

XA: Quando se fala de autonomia agora, fala-se do mesmo que os primeiros kataristas diziam: “Acabemos com o pacto militar”. E no sentido de podermos nos realizar dentro de um Estado, da maneira que somos. É uma autonomia, como: “Não nos esmaguem, queremos crescer”. Por outro lado, há outra autonomia, que é de Santa Cruz, assim, se “teremos muito desenvolvimento, por que é que temos que partilhá-lo com esses brutos?” (entrevista com Xavier Albó, antropólogo; La Paz, em 15 mar. 2009).

No ampliado ordinário nacional da CSUTCB, no Estado de Beni, região amazônica da Bolívia, entre os dias 19 e 20 de março, foi possível verificar o grau de atrelamento dos MIBs ao MAS e, consecutivamente, ao Estado boliviano hoje. Nas intervenções orais feitas no Plenário pelos diversos dirigentes campesino-indígenas oriundos de vários pontos do país, foram manifestados votos de apoio incondicional ao MAS, como sendo o governo e o principal partido dos povos indígenas.

Um dia antes do encontro, foi realizada uma entrevista com o secretário-geral da CSUCTB, eleito senador nas eleições de dezembro de 2009:

IA: Eu me chamo Isaac Ávalos, sou executivo nacional, dirigente nacional da confederação de camponeses da Csuctb, mas não somente são camponeses, são originários quechuas, aymaras e alguns indígenas do oriente, além do movimento camponês, obviamente. Mais ou menos, temos três milhões de afiliados na Bolívia, de dez milhões de habitantes. Nossa organização é a maior do país, estruturada em nove departamentos. Bom, eu sou do oriente, sou Cruceño. Não sou altiplânico. Pela segunda vez, eu fui eleito nessa organização e me cabe dirigi-la agora dois anos. Então, a estrutura, obviamente, política, organizativa vem de baixo, das comunidades. Mas, desde aqui, desde as comunidades, somos empreendidos com o tema político, o instrumento político, para ajudar nosso irmão Evo Morales. O irmão Evo Morales é nascido da Csuctb, então, desde aqui vamos ajudar nosso presidente. Mas não temos ligação estrutural com CIDOB, CONAMAG, Mujeres Nacionales, Confederación de Mujeres, colonizadores. Não temos unido as organizações, mas os trabalhadores, temos nos unido para ajudar o irmão Evo Morales (entrevista com Isaac Ávalos, secretário-geral da Csuctb e deputado do MAS, em 18 mar. 2009).

Por outro lado, percebe-se que não há consenso dentro do conjunto dos MIBs, com uma adaptação verticalizada ao MAS. No ampliado nacional, havia alguns setores dos MIBs, principalmente da CIDOB, que polarizaram com a direção da CSUCTB, ou, ao menos, estiveram ausentes do encontro:

RJ: Nós da CIDOB, em comparação com a CSUCTB, não estamos tão apegados com o governo. Queremos mais independência. O governo tem que aceitar nossas políticas. Em troca, a Csuctb diz o que o governo quer que eles digam. Mas nós temos relacionamento com o governo, porque o governo aceitou algumas de nossas demandas. O tema da terra, o tema dos recursos naturais e o tema dos hidrocarbonetos.

Elizardo: Qual o relacionamento de sua organização com o MAS?

RJ: Nós, como organização, o regulamento não nos permite. Eu posso ser, como uma pessoa qualquer do partido do governo, do MAS. Mas eu, antes de chegar aqui na organização, tenho que tirar a camisa (entrevista com Remberto Justiniانو, presidente da Central de Pueblos Indígenas del Beni (CPIB), Beni, em 19 mar. 2009).

Touraine (1989), ainda nos anos 1980, afirmava que a subordinação dos movimentos sociais à ação do Estado constitui a limitação mais grave de sua capacidade de ação coletiva autônoma. Se, por um lado, os MIBs perderam certa mobilidade na ação direta contra o Estado, por outro lado, desde a vitória eleitoral do MAS, fizeram algumas manifestações em defesa do governo, como a grande marcha, em 2007, pela aprovação das reformas constitucionais. Ainda em 2009, houve outra manifestação de massas pela aprovação do calendário eleitoral de 2009.

JR: A relação é boa [entre a CSUTCB e governo]. Realmente, pela primeira vez na história, os camponeses e os indígenas na Bolívia estão incluídos na constituição política do Estado e nos programas do governo. É graças a um irmão nosso, o Evo, que temos sido levantados de baixo para cima. Porém as reivindicações continuam, e parte de nossos problemas serão resolvidos com a aprovação da nova constituição de Estado. Realmente, devemos nos unir, porque o neoliberalismo segue implantado na Bolívia (entrevista com Jaime Riba, presidente da Conelcan e delegado pela Federación Departamental al Congreso de la CSUTCB; Beni, em 20 mar. 2009).

MZ: Nem todas as pessoas aqui presentes nesse congresso estão com Evo Morales, e nem todas são do MAS. Mas os camponeses estão com o presidente, os indígenas também estão com o presidente. Nós estávamos cansados dos anos de abusos vividos na Bolívia, que eram praticados pela elite crioula. Evo Morales é uma esperança para a Bolívia, para o povo boliviano (entrevista com Marta Zamora, presidenta de *los pequeños y medianos ganaderos de Zamoja*; Beni, em 20 de mar. de 2009).

Como demonstrado, se, por um lado, existe um grande apoio dos MIBs ao governo de Evo, por outro lado, o caminho traçado até agora não aproximou os MIBs efetivamente em direção à comunidade, pelas vias institucionais. A Nova Constituição Política de Estado referenda, de maneira parcial, a questão das autonomias territoriais dos povos originários, como reivindicado nos ciclos de ações coletivas, no início do século XXI. Assim, o maior risco que correm os MIBs está relacionado com suas redes internas (MAS – divergências programáticas consideravelmente opostas, captação de dirigentes indígenas para cargos burocráticos).

Nesse sentido, os rumos do novo Estado plurinacional que vem sendo construído pelo MAS, em consonância com os MIBs e com o conjunto majoritário dos movimentos sociais na Bolívia, fizeram com que, até o momento, a volta à comunidade originária ficasse ainda em aberto, à medida que existe maior apro-

ximação dos diferentes atores em jogo (Estado, partidos políticos e os MIBs). Esse fenômeno ocasiona grande concentração de poder nas “mãos” do MAS e perda de autonomia dos MIBs.

Assim, afirmamos que os MIBs são novos movimentos sociais (NMSs) que têm objetivos claros em sua intervenção política e social na sociedade boliviana. Os nortes de suas reivindicações são materiais e imateriais e visam modificar a realidade social em que estão inseridos, buscando transmitir seus valores culturais e políticos criados ao longo de suas experiências históricas. São agentes transformadores da realidade boliviana, tendo em vista que procuram maximizar seus objetivos ao exterior, obtendo sucessos e insucessos em sua caminhada, mas seguindo uma postura de oposição à modernização ocidental no seguinte sentido: lembrança do passado colonial e da exploração material (trabalho escravo e servil); subjugação dos valores culturais e simbólicos ancestrais; república oligárquica de dominação política legitimada pela elite crioula; fracasso da revolução de 1952; e neocolonialismo fundamentado no modelo neoliberal.

Nesse sentido, os MIBs buscam uma saída “pós-colonial” – fim da opressão social, política e cultural oriundas do período colonial – para a construção de uma nova sociedade que seja fundamentada na inclusão indígena nos órgãos diretivos. As atuais mudanças vividas pelas instituições políticas bolivianas são uma das características centrais ao processo de estabilização política dos MIBs, denominado metamorfose, que, na verdade, compõem-se de uma racionalidade vinculada à sobrevivência dos MIBs como movimento social.

Com isso, aumenta também sua heterogeneidade, porque mais setores da sociedade civil entram em sua organização – ocorre a diminuição da estrutura de classes sociais, sendo quebrada “a barreira” que define as classes médias e as de trabalhadores urbanos e rurais, com o surgimento de um novo setor da classe média e trabalhadora, denominado plebeus por Linera (2008). Ou seja, os MIBs deixam de ser somente rurais e passam a ser também urbanos, com setores da classe média e do movimento sindical defendendo suas teses, à medida que os MIBs ganham mais visibilidade e espaço na sociedade civil e no Estado.

Por outro lado, as redes internas e externas dos MIBs aumentaram e ficaram mais complexas, como nunca ocorreu. Internamente, as redes se mostram mais elásticas que nas décadas anteriores. Externamente, estenderam-se para vários países dos Andes, com destaque para o Peru, os quais possuem populações indígenas e com incidências de conflitos étnicos, como a Confederação de Nacionalidades do Equador (CONAIE) e o Conselho Indígena do Centro América (CICA), entre outros.

As novas tecnologias operacionalizadas pela globalização foram muito bem capitalizadas pelos MIBs, ao serem utilizadas como “arma” de propaganda ideológica e programática, a fim de criar maior consenso na Bolívia. Em paralelo, o discurso étnico (ensino do idioma indígena, respeito pelas noções originárias, pelo culto religioso e pela cosmovisão) é uma característica que vem obtendo sucesso nessa nova fase de inclusão política de algumas demandas indígenas – a perspectiva de modernização e da gerência do “novo” Estado com a vitória do MAS, após a aprovação da Nova Constituição de Estado, em 2009.

Assim, os tipos de ações coletivas desencadeadas pelos MIBs também se modificaram e passaram a ser mais moderados, visando, em sua essência, à construção de uma democracia mais plural e participativa, deixando de lado ou em segundo plano o retorno à “comunidade originária”, conforme alguns setores dos MIBs defendem ainda hoje.

Dessa forma, outra característica importante é a longevidade dos MIBs, sendo inaugurada pelo MIK e permanecendo até hoje em diversas organizações em todo o país, que são diferentes internamente, de acordo com a região. Assim, como não existe um grande consenso entre várias confederações e organizações indígenas, ainda permanecem vivas algumas demandas antigas, e a modernidade criou novas demandas que surgem no seio das comunidades indígenas e também em comunidades “indígenas urbanas”.

Por último, a maior presença dos MIBs na vida política do país não significa a substituição do movimento sindical (Central Operária Boliviana – COB) pelos MIBs (CsUTCB), mas, de fato, o desprendimento e a modificação dos MIBs em seu discurso, algo oposto ao discurso já estereotipado do movimento sindical clássico.

Nas explosões das grandes manifestações do início do século XXI na Bolívia, os MIBs estiveram sempre em uma posição favorável em termos de inserção política e de condução das ações coletivas mais significativas. Ou seja, são os principais agentes das ações coletivas nesse momento e ainda hoje gozam de grande prestígio e tendem a crescer, apesar de as ações políticas se reduzirem significativamente em razão da natureza do atual Estado boliviano.

Portanto, não há crença, aqui, de que há sucessos e insucessos definitivos na história dos MIBs. Há, sim, vitórias e derrotas pontuais ao longo de sua história política. Porém, algumas derrotas foram duradouras, como a crise da revolução de 1952, o PMC, as ditaduras de Estados, a perda de soberania dos recursos naturais. Assim, se a vitória eleitoral do MAS, em 2005, que é considerado um partido indígena reformista, é incorporada por um amplo setor dos MIBs como sendo sua

vitória, isso significa que o processo de ação coletiva iniciado em 2000 foi vitorioso para os MIBs e para o MAS.

Em definitivo, os MIBs foram e são protagonistas de sua própria história, pois conseguiram incorporar na Nova Constituição de Estado de 2009 algumas atribuições do direito consuetudinário que é fundamentado nos aspectos de direitos originários e comunais, as chamadas autonomias regionais dos territórios originários, ainda que de forma parcial.

No aspecto econômico, ocorreram as nacionalizações dos hidrocarbonetos, ainda que de forma parcial, bem como da água, e a criação de uma nova lei de reforma agrária, definindo os limites da propriedade privada no país. Também houve o reconhecimento em curso dos territórios originários e o discurso do governo pela legalização e descriminalização da plantação de coca. Por outro lado, há indícios de que o governo continue com uma política de erradicação da folha.

Por fim, a tese do capitalismo andino-amazônico (LINERA, 2008) ganha mais visibilidade e espaço dentro dos meios de comunicação hegemônicos e no seio dos MIBs. A plurinacionalidade “enche os olhos” dos representantes e representados nessa nova realidade do Estado boliviano, constituindo-se como o principal *slogan* do governo de Evo Morales. O redirecionamento do discurso indígena em busca de uma democracia mais redistributiva e equitativa e fundamentada nos marcos descolonizadores faz jus à perspectiva de seus ideólogos, que visam à mudança dentro dos marcos da institucionalidade e do modelo de Estado ocidental vigente.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBÓ, Xavier. *Pueblos índios en la política*. La paz: CIPCA, 2002.

———. *Movimientos y poder indígena en Bolivia, Ecuador y Perú*. La Paz: CIPCA, 2008.

ALVAREZ, Sônia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. Introdução. O cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos. In: ALVAREZ, Sônia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (Org.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

ANDRADE, Everaldo de Oliveira. *A revolução boliviana*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

BURAWOY, Michel. Introduction. Grounding globalization. In: BURAWOY, Michel et al. *Global ethnography: forces, connections, and imaginations in a postmodern world*. Berkeley: University of California Press, 2000. pp. 1-40; 337-350.

COLOGNESE, António Sílvio; MÉLO, José Luiz Bica de. A técnica de entrevista na pesquisa social. *Cadernos de Sociologia*, Porto Alegre, v. 9, pp. 143-159, 1998.

- KATZ, Claudio. *Las disyuntivas de la izquierda en América Latina*. Buenos Aires: Editora Luxemburg, 2008.
- LUCAS, Edwin Cocarico. El etnocentrismo político-jurídico y el estado multinacional: nuevos desafíos para la democracia en Bolivia. *Revista de Ciencias Sociales América Latina Hoy*, Salamanca, v. 43, pp. 131-152, 2006.
- LINERA, Álvaro García. *El desencuentro de dos razones revolucionarias. Indianismo y marxismo. Cuadernos del Pensamiento Crítico Latinoamericano*, Buenos Aires, Clacso (Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales), n. 3, 2007. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/cuadernos/garcia/garcia.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2011.
- . *La potencia plebeya. Acción colectiva e identidades indígenas, obreras y populares en Bolivia*. Buenos Aires: Clacso (Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales), Buenos Aires; Prometeo Libros, Oct. 2008.
- MAESO, Sílvia Rodríguez. El espacio de la identificación cultural. *Papeles del Ceic*, Bilbao: Centro de Estudios sobre la Identidad Colectiva, Universidad del País Vasco, v. 1, 2006, pp. 1-23. Disponível em: <<http://www.identidadcolectiva.es/pdf/24.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2011.
- MARX, K.; ENGELS, F. *Manifiesto comunista*. São Paulo: Instituto José Luiz e Rosa Sundermann, 2003.
- PACO, Felix Patzi. *Insurgencia y sumisión: movimientos sociales e indígenas*. Bolívia: Editora DRIVA, 2007.
- POSTERO, Nancy Grey. Movimientos indígenas bolivianos: articulaciones y fragmentaciones en búsqueda de multiculturalismo. In: ENRIQUE, Lopez; REGALSKY, Pablo (Org.). *Movimientos indígenas y Estado en Bolivia*. La Paz: Editora Proeib Andes, 2005.
- QUIJANO, Anibal. The challenge of the indigenous movement in Latin America. *Socialism and Democracy*, Routledge, Nueva York, v. 19, n. 3, pp. 55-78, 2005.
- REGALSKY, Pablo. Territorio e interculturalidad: la participación campesina indígena y reconfiguración del espacio andino rural. In: ENRIQUE, Lopez; REGALSKY, Pablo (Org.). *Movimientos indígenas y Estado en Bolivia*. La Paz: Editora Proeib Andes, 2005.
- RIVERA, Silvia Cusicanqui. *Oprimidos pero no vencidos: luchas del campesinado aymara y qhechwa 1900-1980*. La Paz, Bolívia: Editora Taller de Historia Oral Andino (Thoa), 2003.
- SEOANE, José; TADDEI, Emilio; ALGRANATI, Clara. Las nuevas configuraciones de los movimientos populares en América Latina. In: BORON, Atilio A.; LECHINI, Gladys. *Política y movimientos sociales en un mundo hegemónico. Lecciones desde África, Asia y América Latina*. Buenos Aires: CLACSO (Consejo Latinoamericano de Ciencias

- Sociales), Jul. 2006. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/sursur/politica/PIIICuno.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2011.
- SOUZA FILHO, Carlos F. M. de. Multiculturalismo e direitos coletivos. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.
- TARROW, Sidney. *Power in movement: social movements, collective action and politics*. Cambridge: University Press, 1994.
- TOURAINÉ, Alain. *Palavra e sangue: política e sociedade na América Latina*. São Paulo: Unicamp, 1989.
- TREJO, Guillermo. Etnia e mobilização social: uma revisão teórica com aplicações à “quarta onda” de mobilizações indígenas na América Latina. In: DOMINGUES, José Maurício; MANEIRO, María (Org.). *América Latina hoje*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2006.
- VAN COTT, Donna Lee. *Indigenous peoples and democracy in Latin America*. New York: St. Martin’s Press, 1994.
- ZAPATA, Alvaro. *Ciudadanía clase y etnicidad: un estudio sociológico sobre la acción colectiva en Bolivia a comienzos del siglo XXI*. La Paz: Ed. Yachaywasi, 2006.